



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO OITENTA E UM

Aos vinte seis dias do mês de maio de 2021, pelas dez horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1ª Parte

10H00 - Audição conjunta (Skype) sobre a Estação Elevatória das Cochadas (EEC), Tocha, Cantanhede, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, com as seguintes entidades:

- Presidente da **Câmara Municipal de Mira**
- Presidente da **Câmara Municipal de Cantanhede**

11H00 - Audição (Skype) sobre a Estação Elevatória das Cochadas (EEC), Tocha, Cantanhede, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, com as seguintes entidades:

- Presidente das Águas do Centro Litoral

2ª Parte

1. Aprovação da **Ata n.º 80**

2. **Iniciativas Legislativas**

Baixa

PJL 846/XIV/2 (PCP) - *Alteração ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (Sexta alteração ao Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro)*

PJL 848/XIV/2 (PEV) - *Altera o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental*

Conexão

PJL 828/XIV/2 (PCP) - *Regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) de projetos agrícolas em regime intensivo e superintensivo, atividades industriais conexas e utilizações não agrícolas de solos RAN*

PJL 845/XIV/2 (PCP) - *Regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) de projetos agrícolas em regime intensivo e superintensivo, atividades industriais conexas e utilizações não agrícolas de solos RAN*

PJL 850/XIV/2 (BE) - *Regulamenta a instalação de culturas intensivas e obriga a avaliações de impacto ambiental*

Pareceres

PJL 756/XIV/2 (PCP) - *Atualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e regime de aprovação de projetos*

[PJL 801/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Procede à sexta alteração do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro*

3. Projetos de Resolução

Conexão

[PJR 1287/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que crie uma assembleia de cidadãos para acompanhamento e monitorização da aplicação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência*

Discussão

[PJR 950/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo português que proteja a Quinta dos Ingleses*

[PJR 1245/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização ambiental e patrimonial da Quinta dos Ingleses, assegurando o seu equilíbrio com o restante ecossistema urbano e ambiental*

[PJR 1249/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela classificação da Quinta dos Ingleses como «paisagem protegida»*

[PJR 1253/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Visa a salvaguarda da Quinta dos Ingleses como espaço patrimonial e de regulação climática*

[PJR 1259/XIV/2 \(NinscJKM\)](#) - *Pela requalificação da Quinta dos Ingleses como ecossistema urbano arborizado*

[PJR 1286/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Pela salvaguarda do património da Quinta dos Ingleses e da vontade das populações*

Especialidade

Textos finais resultantes dos

[PJR 1163/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Dão e seus afluentes, [PJR 1232/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela recuperação ambiental e despoluição da sub-bacia hidrográfica do Rio Dão**

[PJR 1125/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Medidas para a preservação dos habitats e salvaguarda das espécies endémicas ameaçadas e [PJR 1252/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela melhoria do estado de conservação das plantas selvagens autóctones do território português**

[PJR 909/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão, [PJR 918/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure a despoluição do rio Nabão, [PJR 981/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Pela Defesa e Proteção do Rio Nabão, [PJR 1142/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Contra a poluição do Rio Nabão, [PJR 1186/XIV/2 \(CDS/PP\)](#) - *Recomenda ao Governo que tome todas as medidas urgentes e necessárias com vista à resolução da poluição no rio Nabão, [PJR](#)*****

[1258/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Proteger o rio Nabão, reduzir a poluição e recuperar os ecossistemas*

4. Nomeação de Relator para a elaboração de **Parecer** sobre a [Conta Geral do Estado de 2019](#).- **Relator** cabe ao **GP PS**
5. Discussão e votação do **Requerimento** apresentado pelo GP PAN para audição conjunta dos Ministros do Ambiente e da Ação Climática, Saúde e Agricultura sobre a ENEPAI 2030
6. Discussão e votação do **Requerimento** apresentado pelo GP BE Audição do movimento de cidadãos "Indignados de Louredo", a propósito das operações urbanísticas ilegais na albufeira da Caniçada (aditamento)
7. Discussão e votação do **Requerimento** apresentado pelo GP PSD sobre a aprovação do PDIRD-E 2020 e avaliação dos seus impactos estratégicos
8. Outros assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); André Pinotes Batista (PS); Filipe Pacheco (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Hugo Martins Carvalho (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Pedro Morais Soares (CDS/PP); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc).

- Suplentes:

Fernando Paulo Ferreira (PS); Manuel dos Santos Afonso (PS); António Lima e Costa (PSD); Emídio Guerreiro (PSD); João Gomes Marques (PSD);

- Faltas:

Luís Graça (PS); Hugo Pires (PS); André Silva (PAN);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210526_1_VC.mp3, media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210526_2_VC.mp3, media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210526_3_VC.mp3 pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

1.ª parte

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos, cumprimentando os membros da Comissão presentes em sala e on-line bem como os Senhores Presidentes da **Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio**, e da **Câmara Municipal de Mira, Raul de Almeida**, e o Presidente da empresa municipal INova, **Idalécio Leite de Oliveira**, participantes através de Skype a requerimento do GP PSD sobre a Estação Elevatória das Cochadas (EEC), Tocha, Cantanhede,

Foi concedida a palavra, para apresentação do requerimento, ao Senhor **Deputado António Maló de Abreu** (PSD), para apresentação do requerimento. Os oradores convidados, começando pela Senhora **Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio**, seguida pelo Senhor **Presidente da empresa municipal INova, Idalécio Leite de Oliveira**, e pelo Senhor Presidente da **Câmara Municipal de Mira, Raul de Almeida**, usaram a palavra para expor a situação prejudicial às populações que se tem verificado relacionada excedente de caudais. Foi referido que a que o sistema foi constituído para um determinado número de utilizadores que depois veio a ser alargado sem que tivessem sido acauteladas medidas para tratamento do correspondente volume de efluentes. Foi ainda descrita ainda a intervenção urgente que carece de ser efetuada.

Intervieram os Senhores **Deputada Cristina Jesus** (PS), **Deputado António Maló de Abreu** (PSD), **Deputado José Manuel Pureza** (BE) e **Deputada Alma Rivera** (PCP), após o que os oradores convidados usaram o tempo colocado à disposição para responder às questões endereçadas.

Após uma breve pausa, deu-se início à audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, do **Presidente do Conselho de Administração da empresa Águas do Centro Litoral, Prof. Alexandre Oliveira Tavares**. O requerimento foi introduzido pelo Senhor **Deputado António Maló de Abreu** (PSD), seguindo a exposição inicial do convidado, na qual referiu que a empresa a que preside, sendo pública e vinculada aos termos da concessão de serviço público, se encontra dependente do que são as capacidades de transporte e tratamento. Abordou o posicionamento da ERSAR quanto aos aumentos de pedido de investimento para novas estações de tratamento, tendo ainda descrito os processos concursais iniciados e respectivo desenvolvimento.

Na ronda de intervenções, coube a palavra aos Senhores **Deputada Raquel Ferreira** (PS), **Deputado António Maló de Abreu** (PSD), **Deputado Nelson Peralta** (BE) e **Deputada Alma Rivera** (PCP), após o que o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ACDL respondeu às questões colocadas.

2.ª Parte

Na segunda parte da reunião, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso, submeteu a aprovação a **Ata** n.º **80**, que foi aprovada por unanimidade.

Foi informado que baixaram à Comissão o [PJL 846/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Alteração ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (Sexta alteração ao Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro)* e o [PJL 848/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Altera o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental se encontram agendadas, por arrastamento, para Plenário de 28 de maio, o que inviabiliza a sua atempada distribuição para emissão de parecer.*

Seguidamente, foi transmitido que foram distribuídos à **7.ª Comissão, em conexão com a 11.ª**, os [PJL 828/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) de projetos agrícolas em regime intensivo e superintensivo, atividades industriais conexas e utilizações não agrícolas de solos RAN*; [PJL 845/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) de projetos agrícolas em regime intensivo e superintensivo, atividades industriais conexas e utilizações não agrícolas de solos RAN* e [PJL 850/XIV/2 \(BE\)](#) - *Regulamenta a instalação de culturas intensivas e obriga a avaliações de impacto ambiental.*

Informou-se que **baixou à 6.ª Comissão**, em conexão com 4.ª e 11.ª Comissões, o [PJR 1287/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que crie uma assembleia de cidadãos para acompanhamento e monitorização da aplicação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.*

O **texto final** resultante dos [PJR 1163/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Dão e seus afluentes*, [PJR 1232/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela recuperação ambiental e despoluição da sub-bacia hidrográfica do Rio Dão* foi submetido a votação e **aprovado por unanimidade.**

O **texto final** resultante dos [PJR 1125/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Medidas para a preservação dos habitats e salvaguarda das espécies endémicas ameaçadas* e [PJR 1252/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela melhoria do estado de conservação das plantas selvagens autóctones do território português* foi submetido a votação e **aprovado por unanimidade.**

O **texto final** resultante dos [PJR 909/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão*, [PJR 918/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure a despoluição do rio Nabão*, [PJR 981/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Pela Defesa e Proteção do Rio Nabão*, [PJR 1142/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Contra a poluição do Rio Nabão*, [PJR 1186/XIV/2 \(CDS/PP\)](#) - *Recomenda ao Governo que tome todas as medidas urgentes e necessárias com vista à resolução da poluição no rio Nabão*, [PJR](#)

1258/XIV/2 (PSD) - *Proteger o rio Nabão, reduzir a poluição e recuperar os ecossistemas* foi submetido a votação e **aprovado por unanimidade**.

Passou-se depois à discussão dos **PJR 950/XIV/2 (PAN)** - *Recomenda ao Governo português que proteja a Quinta dos Ingleses*; **PJR 1245/XIV/2 (PS)** - *Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização ambiental e patrimonial da Quinta dos Ingleses, assegurando o seu equilíbrio com o restante ecossistema urbano e ambiental*; **PJR 1249/XIV/2 (BE)** - *Pela classificação da Quinta dos Ingleses como «paisagem protegida»*; **PJR 1253/XIV/2 (PEV)** - *Visa a salvaguarda da Quinta dos Ingleses como espaço patrimonial e de regulação climática*; **PJR 1259/XIV/2 (NinscJKM)** - *Pela requalificação da Quinta dos Ingleses como ecossistema urbano arborizado*; e **PJR 1286/XIV/2 (PCP)** - *Pela salvaguarda do património da Quinta dos Ingleses e da vontade das populações*. A discussão decorreu conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

Foi atribuída a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Morais Soares** (CDS/PP) para apresentação do parecer elaborado sobre o **PJL 756/XIV/2 (PCP)** - *Atualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e regime de aprovação de projetos*. Submetido a votação, foi **aprovado por unanimidade**.

Seguiu-se a apresentação, pelo Senhor **Deputado Luís Leite Ramos** (PSD), do parecer elaborado sobre o **PJL 801/XIV/2 (PAN)** - *Procede à sexta alteração do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro*. Submetido a votação, foi **aprovado por unanimidade**.

No ponto 4, foi distribuído ao GP PS, que indicou como relator o Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) para elaboração de Parecer a **Conta Geral do Estado de 2019**, tendo sido solicitado que o mesmo fosse apresentado até 7 de junho, de modo a permitir viabilizar a sua apreciação em Comissão em data anterior a 9 de junho, para cumprimento do prazo de envio à 5.ª Comissão a tempo de poder ser integrado no relatório desta Comissão.

O requerimento apresentado pelo GP PAN para audição conjunta dos Ministros do Ambiente e da Ação Climática, Saúde e Agricultura sobre a ENEAPAI 2030, com as Comissões de Agricultura e Mar (7.ª) e Saúde (9.ª) foi aprovado por unanimidade, ficando os serviços de articular o agendamento conjunto com as Comissões visadas.

Cedendo a condução dos trabalhos, o Senhor **Deputado José Maria Cardoso** (BE) apresentou o aditamento ao requerimento a propósito das operações urbanísticas ilegais na albufeira da Caniçada para audição do movimento de cidadãos “Indignados de Louredo”, que foi aprovado por unanimidade.

O Senhor **Deputado Emidio Guerreiro** (PSD) apresentou o Requerimento sobre a aprovação do PDIRD-E 2020 e avaliação dos seus impactos estratégicos, que foi aprovado por unanimidade.

No ponto 8, "**Outros assuntos**", foi colocado à consideração o pedido de audiência CNADS/Prof. Doutor Filipe Duarte Santos, para apresentação de dois documentos recentemente aprovados sobre avaliação da implementação da lei de bases gerais da política pública de solos no que se refere aos programas especiais de ordenamento do território; reflexão e recomendação à assembleia da república e ao governo sobre a gestão sustentável de áreas protegidas no quadro do pacto ecológico europeu. Este pedido mereceu acolhimento, tendo-se incumbido os serviços de proceder ao seu agendamento.

Relativamente ao pedido de audiência Associação Técnica Indústria Cimento para apresentação roteiro Indústria Cimenteira para a Neutralidade Carbónica 2050, foi deliberado o seu acolhimento no Grupo de Trabalho de Audiências, uma vez que o GT Clima já concluiu a fase de audições.

Foi submetida a apreciação a proposta de organização da sessão IntraW, ficando os serviços de procurar encontrar data para agendamento até ao final da PPUE 2021, se possível.

Foi transmitido o convite da ASPEA para participar no debate com os jovens participantes previsto para acontecer no próximo dia 5 de junho entre as 10h30 e as 12h30, com local ainda a definir, agradecendo-se confirmação de interesse até ao final da semana.

O Senhor Deputado Nelson Peralta (BE) pediu que fosse indicada data para a apresentação de propostas de alteração na especialidade das iniciativas legislativas sobre voos noturnos, ficando o Presidente de entrar em contacto com o Coordenador do GT para esse efeito.

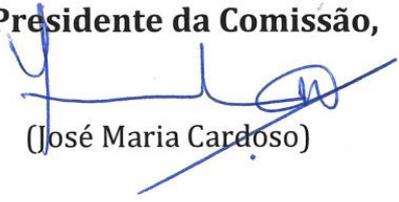
Por último, foi dada nota dos trabalhos futuros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi concluída pelas 13H30.

Palácio de São Bento, 26 de maio de 2021

IG/

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)